



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Edital Pregão Presencial nº 023/2017- PROCESSO nº 234/2017- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (VARRIÇÃO, EQUIPE MULTIUSO, ROÇADA E DIVERSOS).

Impugnante: Palmira de Fátima Martins Ribeiro - ME - Processo nº 7.455/2017

Apresentou impugnação em 16/05/2017, sob o protocolo nº 7.455/2017 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, o licitante Palmira de Fátima Martins Ribeiro - ME conforme prazos estabelecidos no item 3 do edital e na forma da lei.

Solicitar que seja retirado do edital no tocante à qualificação técnica fazendo constar a exigência de apresentação dos seguintes documentos:

- Certidão de Registro e quitação no conselho profissional, da empresa e do responsável técnico (Engenheiro Agrônomo), compatível com o objeto licitado.
- Que os atestados de capacidade técnica também sejam aceitos em outras unidades de medida, desde que acima de 21.277 horas de serviços prestados.

Após recebimento da impugnação, a Pregoeira encaminhou à Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer acerca das alegações do recorrente, que se manifestou da seguinte maneira:

2.1.1 Ausência do Responsável Técnico

Os serviços objeto do edital devem ser prestados exclusivamente por empresas especializadas, cuja responsabilidade técnica, são privativas do Engenheiro Agrônomo, logo, é necessário a inclusão de exigência da comprovação de Engenheiro Agrônomo no corpo técnico da empresa, este, obviamente, com registro junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.....2) Que seja retificado o edital no tocante à qualificação técnica fazendo constar a exigência de apresentação dos seguintes documentos: A – Certidão de Registro e quitação no conselho profissional, da empresa e do responsável técnico (Engenheiro Agrônomo), compatível com o objeto licitado;

Resposta:

No nosso entendimento deverá ser indicado um engenheiro civil ou sanitaria, considerando que o foco do escopo dos serviços é a limpeza urbana.

.....o edital exige que os atestados de capacidade técnica, no máximo de 2 (dois), sejam apresentados com no mínimo 5.000 km/mês de serviços de varrição manual de vias e logradouros públicos.

O edital em seu Anexo VII – Projeto Básico/Termo de Referência, informa que a produtividade máxima por gari para cálculo do número da força de trabalho, seja de 1.880m/dia/gari. Entendesse com essa informação que um gari com a jornada de trabalho de 8 horas diárias, possui produtividade de 235m de varrição por hora trabalhada....B – Que os atestados de capacidade técnica também sejam aceitos em outra unidade de medida, desde que acima de 21.277 horas de serviços prestados.

Resposta:

Os atestados técnicos apresentados deverão ser de varrição manual de vias urbanas e logradouros públicos em Km/mês.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações

Com o recebimento do Parecer a Pregoeira juntou o mesmo aos autos e os enviou à PGM que se manifestou da seguinte forma a respeito das alegações da impugnante:

Questionamentos sobre a mensuração do atestado de capacidade técnica ser somente por km/mês ou por horas trabalhadas.

Toda licitação deve ter critérios objetivos explícitos no edital para que a comissão julgadora possa, sem interferências subjetivas, efetuar os julgamentos necessários.

No caso, a aferição da capacidade técnica deverá ser por km/mês e não por hora trabalhada conforme determinado pela SEINF, uma vez que a aferição deverá ser objetiva.

Querer apresentar um atestado por hora trabalhada será um tanto quanto subjetivo, pois a varrição de rua é delimitada por área e não por número de horas trabalhadas pelos varredores.

O Município quer aferir a capacidade técnica da limpeza em km varrido e limpo e não por hora trabalhada, pois a hora trabalhada é subjetiva para cada varredor e objetiva quando se mensura por área varrida e limpa.

Nestes termos o entendimento do nosso colendo TCE/MG acerca da objetividade necessária em um edital de licitação:

"[Princípio da competitividade. Critérios objetivos em editais de licitação.] Com efeito, a objetividade dos termos que são inseridos nos editais de licitação é essencial para que não se dê margem a interpretações que tenham o potencial de afastar licitantes com condição para executar satisfatoriamente o objeto pretendido, de modo a se macular o princípio da maior competitividade possível. O Tribunal de Contas da União recomenda que o gestor envide esforços de modo a limitar as exigências editalícias ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado e a definir de maneira clara os critérios para avaliação dos documentos habilitatórios e das propostas apresentadas pelas licitantes, evitando restrição ao caráter competitivo do certame e julgamento subjetivo na elaboração de seus editais de licitação, em cumprimento ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e aos arts. 3º, 27-31, 40, VII, 44, caput e § 1º, e 45 da Lei n. 8.666/1993. (Acórdão n. 110/2007 Plenário)[...][Denúncia n. 812.054. Rel. Conselheiro Sebastião Helvecio. Sessão do dia 27/09/2011]"

Ademais, se a própria empresa impugnante fez a conversão de horas para kilometro, ela é capaz de apresentar um atestado conforme exigido no edital.

Após parecer da Procuradoria Geral do Município e da manifestação da Comissão Técnica em indeferir a Impugnação, o Secretário Municipal de Administração, Sr. José Martins Coelho, analisou os fundamentos de tal, e DECIDIU pelo improvimento da impugnação interposta pelo licitante Palmira de Fátima Martins Ribeiro - ME e conseqüente retificação do edital.

Comunica-se que, a impugnação recebida, o parecer da PGM, o esclarecimento da Comissão Técnica e a Decisão do Secretário de Administração - Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Patos de Minas, 23 de maio de 2017.


Juliana Silva Caixeta
Pregoeira